

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Thaís Mingoti Dutra

**Governança Global dos Sistemas Alimentares e da Segurança Alimentar:
uma análise crítica do complexo de regimes**

Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais

São Paulo

2024



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Thaís Mingoti Dutra

**Governança Global dos Sistemas Alimentares e da Segurança Alimentar:
uma análise crítica do complexo de regimes**

**Artigo apresentado à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE
PROFISSIONAL em Governança Global e
Formulação de Políticas Internacionais, sob
a orientação da Profa. Doutora Terra
Friedrich Budini**

São Paulo

2024

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial deste artigo por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:

Data: 26/01/2024

Email: thaismgtdutra@gmail.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

D978 Dutra, Thaís Mingoti
Governança Global dos Sistemas Alimentares e da Segurança Alimentar: uma análise crítica do complexo de regimes. / Thaís Mingoti Dutra. -- São Paulo: [s.n.], 2024. 26p. il. ; 29,7 cm.

Orientador: Terra Friedrich Budini.
Trabalho Final (Mestrado Profissional) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais, 2024.

1. Complexo de regimes. 2. Governança global . 3. Sistemas Alimentares. 4. Segurança alimentar. I. Budini, Terra Friedrich. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais. III. Título.

CDD

APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Banca Examinadora

Prof^ª Dr^ª Terra Friedrich Budini _____

Prof^ª Dr^ª Cláudia Alvarenga Marconi _____

Prof^ª Dr^ª Thiago Lima da Silva _____

Agradecimentos

À Profa. Dra. Terra Friedrich Budini, pela orientação, confiança e pelos ensinamentos.

À minha família, sobretudo aos meus pais, por todo o incentivo, amor e apoio em cada passo da minha caminhada, e ao meu vô Petrônio (*in memoriam*), por me encorajar a sempre seguir estudando.

A todos os meus amigos, especialmente Carol Ferreira e Gabi Belardinucci, expresso minha gratidão por me apoiarem nos momentos desafiadores e celebrarem minhas conquistas.

Às minhas gatas, Catarina, Ágata e Olívia, que me fizeram companhia durante o percurso.

Aos meus colegas de mestrado pela convivência e pelo companheirismo, em especial à Moara, que pude reencontrar graças ao Mestrado.

A todos os professores do programa pela sabedoria compartilhada, que foi fundamental para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Aos professores da banca, Profa. Dra. Terra Friedrich Budini, Profa. Dra Claudia Marconi e Prof. Dr. Thiago Lima, pelas valiosas contribuições na revisão deste trabalho.

À PUC, por me acolher como instituição e pela oportunidade de realizar o mestrado profissional.

Aos funcionários da PUC, por desempenharem atividades para o bom funcionamento do programa.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

Este artigo aborda o problema global da insegurança alimentar, em contraste com a crescente disponibilidade de alimentos. O artigo pretende trazer uma análise dos sistemas alimentares atuais, apontando para a sua precarização e seus efeitos para as pessoas e o meio ambiente. A partir da conceitualização e da análise da governança global dos sistemas alimentares e da governança global da segurança alimentar, o trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre essas agendas com base na abordagem de complexo de regimes, destacando, nesse contexto, a ineficácia do modelo atual no combate à fome. Argumenta-se que atores privados ganham ou revelam ganhos de poder na governança, o que lhes permite projetar sua influência nas agendas de questões alimentares, de modo que se perpetuam violações de direitos humanos. Finalmente, o artigo contextualiza e discute a questão climática como um fator agravante na questão alimentar mundial.

Palavras-chave: complexo de regimes, governança global dos sistemas alimentares, governança global da segurança alimentar, mudanças climáticas.

Abstract

This article addresses the global problem of hunger in contrast to the increasing availability of food. It aims to provide an analysis of current food systems, pointing out their precariousness and their impact on people and the environment. Based on the conceptualization and analysis of the global governance of food systems and the global governance of food security, this article proposes a critical reflection on the relationship between these agendas based on the regime complex approach and highlights the ineffectiveness of the current model in the fight against global hunger. It argues that private actors gain power in governance, which allows them to project their influence on food-related agendas, in a way that perpetuates human rights violations. Finally, this article contextualizes and discusses the climate issue as an aggravating factor in the global food issue.

Keywords: regime complex, global governance of food systems, global governance of food security, climate change

Sumário

1. Introdução	1
2. Governança global dos sistemas alimentares.....	2
3. Governança global da segurança alimentar.....	8
4. Complexo de regimes	16
a. Complexo de regimes: as governanças dos sistemas alimentares e da segurança alimentar	16
b. O papel da questão ambiental na relação entre sistemas alimentar e fome	19
5. Conclusão	21
6. Referências bibliográficas	23

Lista de figuras

1. Figura 1 - Evolução da fome no mundo 15

1. Introdução

O problema mundial da fome persiste em um contexto em que se divulga cada vez mais uma alta disponibilidade dos alimentos. Ao analisar os sistemas alimentares em seu estado atual - ou seja, todas as atividades e dinâmicas existentes desde a produção de alimentos até seu consumo -, percebe-se que existem custos muito altos para mantê-lo, pois, muitas vezes, isso se dá em detrimento das pessoas e do planeta. Observa-se, assim, uma precarização dos sistemas alimentares e uma complexidade em relação aos indicadores de insegurança alimentar no mundo, de forma que é possível perceber um elo entre essas questões elementares dentro de um complexo de regime nas relações internacionais.

A governança global dos alimentos atual vem sendo implementada desde o final da Segunda Guerra Mundial, muito assentada no avanço de um modelo promovido principalmente pelos Estados Unidos (DE PAULA, 2017). No contexto atual dessa governança, indicadores relacionados à insegurança alimentar e à subnutrição sofreram importantes avanços e retrações nos últimos anos; ainda assim, segundo as Nações Unidas (ONU), em 2022, 9,8% da população enfrentava insegurança alimentar em seu estado mais grave (ou seja, passava fome). Esses dados contrastam com uma produção alimentar crescente, como apontam relatórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)¹ que preveem recordes nas colheitas de 2023/2024. Além disso, os sistemas alimentares estão associados a grandes impactos ambientais, como o uso do solo, o desmatamento, a perda de biodiversidade, a emissão de gases de efeito estufa e uso insustentável de água, entre outros, o que revela que essas questões - e suas crises - estão interligadas.

Identificando, assim, que a governança atual dos sistemas alimentares tem grande impacto no bem-estar humano e planetário, é essencial que se tome consciência da importância política, econômica e social dessa pauta, já que os alimentos estão no centro de várias crises da atualidade que desafiam e ameaçam, por exemplo, a saúde humana, o clima e a estabilidade socioeconômica em muitos lugares. Assim, neste trabalho, em que se observa uma relação intrínseca entre todas essas questões, pretende-se caracterizar e analisar a complexidade e as dinâmicas entre as governanças globais dos sistemas alimentares e da segurança alimentar, incitando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica. Desta forma, este artigo parte do pressuposto de que existe uma relação complexa não só entre duas questões de

¹ Global cereal production forecast unchanged from last month, utilization and trade up, and stocks down but still foreseen to reach an all-time high. **FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/fao-cereal-supply-and-demand-brief/en> Acesso em: 06 ago. 2023

importância global (os sistemas alimentares e a fome), mas também entre seus regimes internacionais, de modo que, no propósito de pesquisar a natureza dessa articulação entre esses desafios globais, pretende-se trazer para o campo da governança global e do complexo de regimes a discussão referente ao cruzamento dessas questões.

Em se analisando a coexistência da abundância de produção com a escassez de alimentos para milhões de pessoas, e a partir das ideias de que há uma intenção política por trás da manutenção dessa questão e das violações decorrentes desse paradoxo, é possível propor a hipótese de que a governança global dos sistemas alimentares, em seu modelo atual, é ineficaz para prevenir o problema da fome e, no limite, estaria arquitetada para coexistir com este problema e sustentá-lo. Em outras palavras, pode-se interpretar que atores poderosos dos sistemas alimentares globais, os quais prosperam às custas da insustentabilidade da exploração ambiental e do acirramento da insegurança alimentar, não priorizam a fome como externalidade importante que deve ser superada, apesar de o regime de segurança alimentar perceber os sistemas alimentares como essenciais para superar os problemas em pauta. Ainda, analisando as questões apresentadas à luz de uma abordagem focada em direitos humanos (especificamente, o direito à alimentação e à nutrição adequadas), nota-se que essa dinâmica acabaria, por fim, perpetuando um sistema de violações que percorrem toda a cadeia de atividades dos sistemas alimentares. Mesmo que a atual governança global dos sistemas agroalimentares esteja baseada em preceitos liberais de valorização de direitos e liberdades, ela não estaria projetada para prevenir e emancipar as pessoas da fome, o que se enquadraria como uma violação fundamental da dignidade humana.

A fim de nortear a discussão pretendida, a primeira e a segunda seção deste artigo dedicam-se, respectivamente, a uma contextualização resumida e a uma análise crítica a respeito da governança global dos sistemas alimentares e da segurança alimentar. A terceira seção traz o levantamento da discussão teórica sobre complexo de regimes nos estudos sobre governança global, para que sirva como referência na análise deste artigo. A questão climática aparece como agravante na relação entre sistemas alimentares e segurança alimentar, de forma que é dedicada a ela a quarta seção. Por fim, as conclusões da pesquisa concentram-se na última seção.

2. Governança global dos sistemas alimentares

São diversas as definições do conceito de sistemas alimentares dadas por acadêmicos. De forma simplificada e técnica, trata-se de uma cadeia de atividades interligadas que abrange múltiplos estágios: “produção, processamento, distribuição, aquisição, preparação, consumo e

descarte” de alimentos (BRINKLEY, 2013, p. 243 *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p. 19). Muitos autores, no entanto, propõem uma análise mais abrangente, incluindo as externalidades produzidas nessas atividades: Vermeulen et al (2012), por exemplo, define-os como “atividades da cadeia alimentar (fabricação e distribuição de insumos, produção agrícola, processamento primário e secundário, embalagem, armazenamento, transporte e distribuição, marketing e varejo, restauração, gestão doméstica de alimentos e eliminação de resíduos), seus resultados e sua governança” (*apud* HOSPES; BRONS, 2016, p.19). Existe, portanto, o entendimento que há, nesse conceito, uma dimensão não material, a qual engloba atores e governança, para além dos aspectos físicos (naturais, biológicos e geofísicos, por exemplo), incorporando, assim, uma dimensão política e social à questão (HOSPES; BRONS, 2016). Devido a essa grande complexidade, alguns autores os entendem como “um sistema de sistemas e [que] consiste em uma cadeia de abastecimento alimentar e em sistemas ambientais, industriais e comerciais, que são individuais, autônomos, heterogêneos e complexos” (HIPEL, 2010, p. 13 *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p.19). Dessa forma, além das dinâmicas e interações ocorrentes dentro das próprias etapas desses sistemas, é essencial pensar nos resultados dessas atividades, como "as contribuições para a segurança alimentar, para a segurança ambiental e para o bem-estar social" (ERICKSEN, 2008, p. 234–235 *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p.19).

Os estudos de governança de sistemas alimentares, por sua vez, dizem respeito aos estudos de governança global de sistemas alimentares focam em atores, autoridades, normas, políticas e mecanismos de coordenação e articulam múltiplos níveis, dificultando, desse modo, uma categorização binária do que se restringe à escala global ou à escala local ou regional (HOSPES; BRONS, 2016). Trata-se de “organizações e acordos internacionais parcialmente sobrepostos, que regem a forma como os alimentos são produzidos, distribuídos e acessados a nível global” (MARGULIS, 2021, p. 882).

A partir de uma revisão da literatura sobre o assunto, Otto Hospes e Anke Brons (2016) apontam alguns enquadramentos nos estudos sobre governança de sistemas alimentares. O primeiro se dá a partir da análise de políticas alimentares, em que se aborda o estudo das decisões que impactam o modo de produção, obtenção, consumo e descarte de alimentos, podendo ter um enfoque na saúde, no ambiente, na economia, entre outros. Como características identificadas nesses estudos, apontam-se a fragmentação dessas políticas em diversos domínios e escalas, o paradigma do producionismo em detrimento de considerações dos efeitos ambientais, sociais e de saúde pública que a produção possa ter; a participação limitada da sociedade civil e a elitização da participação de determinados setores

representativos em conselhos nacionais, por exemplo, geralmente composto por pessoas de maior educação e poder aquisitivo.

O segundo enquadramento é o dos regimes alimentares, definido como uma “estrutura governada por regras de produção e consumo de alimentos em escala mundial” (FRIEDMANN, 1995, p.30 *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p.28) e da governança privada, a qual vem se fortalecendo. Para McMichael (2011), esse regime corporativo de alimentos é baseado no pensamento neoliberal sobre a agricultura, no papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) na liberalização comercial e na crescente inserção do setor privado no comando do sistema global de alimentos, de forma que, como efeito, há uma dificuldade em distinguir governança pública e privada (HOSPES; BRONS, 2016). No geral, a revisão de literatura levantada identificou, nessa linha de pesquisa, os seguintes itens: um mapeamento das causas das crises de alimentos, como a concentração de poder de entidades corporativas ou a falta de participação de pessoas em formular a governança de seus próprios alimentos; uma relutância das corporações transnacionais em lidar com crises sociais e ecológicas; o agravamento de desigualdades sociais e ecológicas; e a fraca regulação de grandes corporações por governos. Clapp e Fuchs (2009) dizem, nesse sentido, que atores corporativos estão com papéis cada vez maiores no estabelecimento de regras que governam suas próprias atividades (*apud* HOSPES; BRONS, 2016).

Nesse contexto, uma característica relevante da conjuntura atual é a ascensão do poder de atores não estatais, não só de organizações internacionais, mas também de empresas transnacionais, o que alguns autores interpretam como "emergência de um regime corporativo de alimentos baseado no pensamento neoliberal sobre alimentos e agricultura" (HOSPES; BRONS, p.17, 2016), a qual levaria a uma captura da agenda por atores privados nesses regimes, o que, muitas vezes, pode ser um empecilho para enfrentar crises sociais e ecológicas na agricultura e na alimentação, dado os interesses privados das transnacionais. Os autores, no entanto, chamando atenção para a falta de participação da maioria da população mundial na governança de seus próprios alimentos, indicam que uma governança *multistakeholder* também permitiria uma "regulação pública mais democrática", por abrir espaço para a participação de atores não estatais e não vinculados às multinacionais do ramo alimentício (HOSPES; BRONS, 2016, p.19).

Como terceiro enquadramento de Hospes e Brons, há a governança urbana, que mapeia atividades de cidadãos e organizações da sociedade civil relacionadas aos sistemas alimentares sustentáveis no contexto das cidades. Não é garantido, no entanto, que se atinja a

participação da população local, nem a conciliação das prioridades da população urbana, grande demandante de alimentos, com a rural circundante (HOSPES; BRONS, 2016).

Finalmente, o quarto enquadramento foca na governança multinível ou, de acordo com definição da FAO, um “*continuum* de governança em todos os níveis de governo” (FAO, 2011 *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p.20). Como resultado dessas dinâmicas entre diferentes atores, alguns estudiosos do tema, tal qual Termeer et al. (2010), percebem um deslocamento do poder e do controle estatal em três direções: ascendente (para organizações internacionais, por exemplo), descendente (para esferas regionais, cidades e comunidades) e para fora (para atores não estatais). Como efeito dessa descentralização, a autoridade pode ficar fragmentada, sem que as vozes dos níveis locais garantam lugar nos processos de tomada de decisão no nível global, o que reflete a necessidade de se pensar em legitimidade e responsabilidade como axiomas nessa governança (HOSPES; BRONS, 2016).

Posta uma breve revisão de literatura a respeito da governança global dos sistemas alimentares, é importante considerar o contexto político e econômico atual, construído ao longo das últimas décadas. Isso porque, como se pretende apontar neste trabalho, o problema na questão alimentar está, em grande medida, relacionado à lógica neoliberal em que se insere. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados criaram instituições internacionais que promoveram uma maior cooperação política e econômica pautada pelo liberalismo. Nessa conjuntura, a conexão entre alimentos, prosperidade e paz favoreceu que os alimentos fossem vistos como *commodity* em um período em que os Estados Unidos da América (EUA), que coadunam com esse ponto de vista em sua política externa, tinham um papel cada vez mais preponderante nas relações internacionais. As discussões sobre segurança alimentar passaram para o âmbito exclusivo do comércio e da eficiência de produção, de modo que, no que tange aos sistemas agroalimentares, esse regime se baseou, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, no incentivo à produção, seguido da busca de mercados para o alívio dos estoques sobre gastos públicos e para a garantia da renda aos agricultores (DE PAULA, 2017). Esse "quadro hegemônico capitaneado pelos EUA" (DE PAULA, 2017, p. 43) implicou um regime de excedentes (que levou a um círculo vicioso de incentivo à produção e aos estoques, sem necessariamente garantir a erradicação da fome) e uma mudança na oferta e no padrão de consumo de outros países, como o aumento da disponibilidade de alimentos baseados em trigo e proteína animal, além do incentivo às monoculturas. Em sintonia com esse regime, a Revolução Verde, responsável pela disseminação de novos métodos e produtos agrários, fez com que a produção de alimentos aumentasse vertiginosamente em diversos países. Nesse contexto, "a tendência de integração da economia mundial proporcionou o ambiente

necessário para a internacionalização do capital agroindustrial predominante dos EUA." (DE PAULA, 2017, p. 50).

Apesar de haver um incremento significativo nos números de alimentos produzidos nos últimos anos, há problemas identificados em todas as etapas da cadeia dos sistemas alimentares e que apontam violações de direitos humanos e ambientais. A título de exemplo, na etapa da produção, são empregadas técnicas prejudiciais ao meio ambiente (como o uso intensivo de agrotóxicos e a predominância de monoculturas em detrimento de uma produção biodiversa que permita dietas saudáveis e variadas) e que violam a dignidade humana (como trabalho análogo à escravidão, já que a agropecuária é um dos setores que mais o emprega)². São feitas, adicionalmente, críticas em relação a uma relativa diminuição da oferta de alimentos frescos e saudáveis e ao tipo de alimentos que são produzidos massivamente (DOWBOR, 2022). Ainda assim, diversos estudos de especialistas e relatórios de organizações internacionais mostram que a produção global de alimentos é suficiente para alimentar a população mundial; contudo, a fome prevalece. De modo geral, a produção de alimentos é um negócio lucrativo movido por motivações econômicas, em detrimento das pessoas e do planeta - logo, as atividades não têm como objetivo, necessariamente, nutrir pessoas e assegurar a conservação ou preservação ambiental, mas sim alcançar metas de acordo com uma agenda privada dos atores.

Já na distribuição, existem problemas como o acesso desigual. No Brasil, por exemplo, há uma alocação desigual em termos regionais, principalmente em termos de renda. Como atesta Walter Belik (2022, p. 249), "o que falta é renda para uma enorme parcela do povo, além de garantia de acesso ao alimento via políticas públicas, seja esse acesso físico direto, seja pelo poder de compra dessa população para aquisição do alimento". Nesse contexto, de acordo com dados do IBGE de 2017-2018, 46% de tudo que foi consumido com alimentos foi comprado por apenas 29% das famílias, e "o gasto com alimentos das famílias de mais alta renda, acima de 25 salários mínimos, [foi] 456% maior do que o de famílias com baixa renda" (BELIK, 2022, p. 253). No consumo, os hábitos alimentares de diversas

² Segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, somente a criação de bovinos e o cultivo de cana-de-açúcar são responsáveis por 43% dos flagrantes de trabalho escravo no Brasil registrados entre 1995 e 2022. Fontes:

Brasil: Perfil dos Casos de Trabalho Escravo. **SmartLab**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo> Acesso em: 07 jun. 2023.

Agropecuária, construção civil e carvoarias são maiores fontes do trabalho análogo à escravidão. **Justiça do Trabalho**, 2022. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/perfil-trabalhadores-da-agropecuaria-pecuaria-construcao-civil-e-de-carvoarias-foram-os-mais-resgatados-de-condicoes-analogas-a-escravidao-no-pais> Acesso em: 07 jun. 2023.

populações vêm sofrendo uma transição no sentido de um consumo maior de industrializados e ultraprocessados e de uma redução da diversidade nutricional. Além de prejudicial à saúde humana, o consumo desse tipo de alimento causa também um impacto ambiental, já que "a indústria de ultraprocessados demanda grande quantidade de *commodities*, incentivando monoculturas como a soja, o milho e a cana-de-açúcar [...] e o uso predatório da terra [...]. A fabricação desses produtos também envolve o uso intensivo de água e energia e gera muitos resíduos, como embalagens plásticas" (CAMPELO, 2022, p. 281- 282).

Finalmente, no descarte, há um grande problema de desperdício: aproximadamente 17% dos alimentos que foram produzidos em 2019 foram desperdiçados mundialmente, de acordo com relatório "Food Waste Index 2021", do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), apesar de esforços mundiais em combater o desperdício, como exemplifica o objetivo de número 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que estabelece como meta de, "até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita". Conforme atesta Inger Andersen, diretora Executiva do PNUMA, no relatório "Food Waste Index 2021", "o desperdício alimentar também sobrecarrega os sistemas de gestão de resíduos e amplia a insegurança alimentar, tornando-o um importante contribuinte para as três crises planetárias: a mudança climática, a perda da natureza e da biodiversidade e a poluição e resíduos."

A partir da observação dos pontos levantados, verifica-se, logo, que há uma precarização dos sistemas alimentares em seu estado atual. Apesar de divulgar uma ideia de alta disponibilidade e acessibilidade dos alimentos, o modelo atual é penoso e insustentável para as pessoas e o planeta.

Os estudos sobre governança são essenciais para lidar com essa questão e identificar elementos que devem receber mais atenção, como a captura de poder e de discurso por determinados atores poderosos e influentes nos sistemas alimentares atuais, o que pode agravar os problemas já mencionados e que derivam de uma lógica neoliberal. Retomando o argumento de Clapp e Fuchs (2009) da influência crescente das grandes corporações no estabelecimento do próprio regime em que operam, a característica *multistakeholder* da governança pode fortalecer ainda mais a posição desses atores. Apesar de ser essencial para dar voz a movimentos sociais enfraquecidos politicamente frente a grandes corporações do agronegócio e seus representantes políticos eleitos, que geralmente dominam a narrativa nessa

pauta, esse arranjo de governança permite que os atores mais poderosos usem sua influência política e econômica para pressionar escolhas e decisões dos *policymakers*.

Tendo isso em vista, ainda que uma agenda de reforma dos sistemas atuais esteja presente em diversas instituições, como na FAO, é importante notar se as propostas buscam transformações profundas ou se são parte de estratégias discursivas como ferramenta política que não resolvem de fato a questão em pauta e que servem somente como uma espécie de "mitigação" de problemas relacionados à fome no âmbito dos sistemas alimentares. É nesse sentido que Canfield, Anderson e McMichael (2021) analisam o papel da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UNFSS), convocada em 2021 por António Guterres como parte da década de ação visando aos ODS. O autor, o qual defende que "a captura de narrativa sobre sistemas alimentares impede transformações significativas para corrigir falhas sistêmicas", adota um posicionamento crítico em relação à UNFSS acusando-a de ser um "esforço de uma poderosa aliança de corporações multinacionais, filantropias e países voltados para a exportação para subverter as instituições multilaterais de governança alimentar e capturar a narrativa global de transformação dos sistemas alimentares" (CANFIELD; ANDERSON; MCMICHAEL, 2021, p.2). Dessa forma, entende-se que a governança atual dos sistemas alimentares está, em uma medida considerável, sujeita à agenda de atores privados, cuja influência cresce cada vez mais nos fóruns internacionais.

Adicionalmente, como "coexistem múltiplos sistemas alimentares paralelos, os promotores do UNFSS focam naqueles em que as corporações multinacionais podem lucrar, em detrimento dos sistemas alimentares agroecológicos e indígenas, que nunca contribuíram para os problemas ambientais atuais e até mesmo ajudam a restaurar ecossistemas degradados" (CANFIELD; ANDERSON; MCMICHAEL, 2021, p.2). Assim, nota-se que há alternativas ao sistema dominante que, mesmo bastante eficazes e justas, ficam marginalizadas nas discussões e nas políticas implementadas. Retomando a revisão de literatura já posta, mesmo que a governança dos sistemas alimentares tenha como característica ser uma governança *multistakeholder*, com espaço para atores não estatais e não vinculados às multinacionais do ramo alimentício, ainda é preciso pensar em uma transição para uma regulação pública mais democrática, para que um modelo de fato sustentável - tanto para as pessoas, quanto para o planeta - seja fortalecido.

3. Governança global da segurança alimentar

Segundo a FAO (2024), a fome, comumente referida também como desnutrição, é a sensação física dolorosa causada por uma dieta energética de consumo insuficiente e pode ser

crônica se essa situação de baixo consumo calórico for regular. Em contraste, a segurança alimentar é descrita como "uma situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável" (FAO 2001). De acordo com esta definição, podem existir barreiras físicas (por exemplo, distância a mercados locais ou comunidades isoladas em "desertos alimentares"), sociais (como em algumas culturas em que os homens comem após mulheres e crianças) ou econômicas (quando alimentos não são financeiramente acessíveis ou existe um banimento às exportações imposto pelo governo, que acaba limitando fontes nacionais de alimentos) (MARGULIS, 2017). Não mencionada nesta definição, mas não menos importante, há também uma barreira política, em que determinados extratos da sociedade - de acordo com raça, gênero, classe social, etc - não têm acesso garantido a alimentos seguros e nutritivos pelo negligenciamento às especificidades dessas minorias. Baseando-se no *Food Insecurity Experience Scale* (FIES), existem três graus de insegurança: leve (incerteza em relação à obtenção de alimentos), moderada (quando as refeições sofrem redução na frequência e a qualidade e a variedade de alimentos ficam comprometidas) ou grave (situação em que a pessoa fica um dia ou mais sem comer). Se uma pessoa sofre com insegurança alimentar grave, presume-se que ela sentiu fome - por este motivo, são termos comumente usados de maneira intercambiável. É importante mencionar, ainda, que a insegurança alimentar pode levar à obesidade ou a outras formas de desnutrição, pois, sem acesso garantidos a alimentos saudáveis, estes podem ser substituídos por alimentos ultraprocessados e ricos em açúcares e gorduras saturadas, muitas vezes mais baratos, mas que não garantem os nutrientes necessários para uma vida saudável.

Paralelo a esses conceitos, há também o de "soberania alimentar", desenvolvido pela La Vía Campesina, rede transnacional de movimentos sociais rurais "que articulou uma visão de sistema alimentar democrático e territorialmente controlado que não seja sujeito ao controle de mercado do Norte e a suas corporações alimentares transnacionais" (CANFIELD; ANDERSON; MCMICHAEL, 2021, p. 503). A soberania alimentar diz respeito ao "direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos através de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e o seu direito de definir os seus sistemas alimentares e agrícolas." (LA VÍA CAMPESINA, 2021).

A partir desses conceitos, e para situar a discussão que esse artigo pretende levantar, é importante observar que diversas crises da atualidade ligadas à segurança alimentar inserem-se em um contexto político e econômico específico. Dentro do sistema neoliberal em

curso, a fome tem sido e deve continuar a ser um problema estrutural ligado aos sistemas alimentares. Atualmente, mesmo com recordes de produção de alimentos nos maiores produtores mundiais³, "cerca de 2,3 bilhões de pessoas no mundo, ou 29,3% da população global, estavam em insegurança alimentar moderada ou grave em 2021"⁴, segundo a ONU. É nesse contexto atual que Utsa Patnaik (2019) percebe a globalização como fase de dominação do capital financeiro e recolonização econômica do Sul global. Partindo da abordagem da Economia Política, a autora critica a história agrária e sua relação com o imperialismo, uma vez que o neoliberalismo teria minado a segurança alimentar e a sobrevivência de pequenos produtores, além de acentuar o desemprego. Dentro desse sistema, quanto mais se exporta, mais a segurança alimentar tende a reduzir, revelando, logo, uma relação inversa com o livre-comércio, assim como acontecia no colonialismo. Segundo a autora, em muitos casos, os produtores veem-se forçados a exportar para conseguirem mais renda, mas haveria, na verdade, um mecanismo de deflação de renda, observado com base na depressão dos preços de produtos agrícolas tropicais (PATNAIK, 2019).

Muitos autores estudam os efeitos políticos e econômicos produzidos por uma governança global neoliberal nos sistemas alimentares e no problema da fome mundial. Nessa "arquitetura multilateral construída principalmente em favor de Estados agroexportadores por meio de ajuda (*aid*), comércio ou investimentos" (CANFIELD; ANDERSON; MCMICHAEL, 2021), os alimentos são, de acordo com Thiago Lima (2014), recursos de poder nas relações internacionais, o que mantém uma dinâmica de dependência entre os países. Com base nisso, o autor defende que os países desenvolvidos não teriam interesse em acabar com a fome no mundo⁵. Essa dinâmica tem lastro nas políticas da OMC, instituição defensora do livre-comércio e da abertura da agricultura. Patnaik, que defende que a pobreza está diretamente relacionada à questão alimentar, aponta que as reformas macroeconômicas deflacionistas, as quais levam à diminuição da renda e do poder de compra, principalmente nas áreas rurais e nos países da periferia econômica mundial, e a liberalização

³ Fontes:

Brasil bate recorde na produção de grãos e na fome. **TV Senado**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2022/06/brasil-bate-recorde-na-producao-de-graos-e-na-fome> Acesso em: 23 jun. 2023.

Produção de milho da China atinge recorde. **Forbes**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/12/producao-de-milho-da-china-atinge-recorde-com-expansao-da-area-cultivada/> Acesso em: 17 jan. 2024.

⁴ Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. **ONU News**, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722> Acesso em: 15 mai. 2023.

⁵ GARCIA, Amanda. Países desenvolvidos não têm interesse em eliminar a fome no mundo, diz professor. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/paises-desenvolvidos-nao-tem-interesse-em-eliminar-a-fome-no-mundo-diz-professor/> Acesso em: 15 mai. 2023.

do comércio internacional, a qual incentiva que a produção de alimentos seja voltada à exportação e que os preços dos produtos primários caiam, como tem acontecido desde a década de 1990, levaram a uma redução da disponibilidade doméstica de comida, apesar do aumento dos estoques (PATNAIK, 2003). Dessa forma, a economia baseada no neoliberalismo levaria à perpetuação da fome em escala global (PATNAIK, 2019). Isto posto, apesar de não ser o foco desse artigo se aprofundar sobre os aspectos econômicos por trás dos regimes em pauta, é importante analisar o contexto socioeconômico por sua relação intrínseca com a política, identificando, por fim, como a questão dos alimentos está relacionada a isso. No entanto, concluir que todos esses problemas existem exclusivamente como decorrência da ordem mundial atual seria uma interpretação reducionista e equivocada, sobretudo porque há evidências que a fome, além de existir outros contextos, é um fenômeno complexo e multifacetado. É importante, contudo, perceber de que modo essa questão é abordada dentro desse modelo predominante, principalmente no âmbito internacional.

Nesse sentido, reconhecendo a questão em pauta como um problema grave em escala mundial, desenvolveu-se, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, uma governança global de segurança alimentar (GGSA), que pode ser conceitualizada como o "conjunto de organizações internacionais (incluindo organizações interestatais formais e organizações não governamentais [ONGs]), normas e ações políticas orientadas para alcançar progressivamente a segurança alimentar mundial em múltiplas escalas" (COHEN, CLAPP, 2009; MARGULIS, 2013; CANDEL, 2014; MCKEON 2014 *apud* MARGULIS, 2017, p.504). Estas organizações internacionais, sejam elas públicas, privadas, acadêmicas ou da sociedade civil, podem desempenhar trabalhos na dimensão política, científica, paradigmática e legal. Destaca-se, como maior exemplo de instituição dedicada ao combate da fome no mundo, a FAO, cuja criação em 1943 é entendida como uma das origens da governança global contemporânea de segurança alimentar, segundo Shaw (SHAW, 2008, *apud* MARGULIS, 2017). Em meio a uma crise alimentar global, a FAO começou a acompanhar, a partir de 1974, a dimensão mundial da fome por meio de relatórios⁶ e, na década de 1980, as discussões sobre a fome, além de outras questões ligadas à desnutrição e ao sobrepeso, ganharam destaque em fóruns internacionais, com os desafios de urbanização e globalização, somados às mudanças drásticas na produção e consumo de alimentos.

Com a crise alimentar em 2007/2008, houve uma proliferação de organizações internacionais com mandato relacionado às discussões sobre segurança alimentar, todas com

⁶ Hunger and Food insecurity. FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en/> Acesso em: nov. 2023.

missões, posicionamentos políticos e membros diferentes (MARGULIS, 2017). Em seu artigo “The Global Governance of Food Security”, Margulis faz uma análise sobre as características da GGSA e identifica que a cooperação e a rivalidade inter-institucional se intensificam durante os períodos de crise, como em 1970 e em 2008. Apesar de um maior esforço de gerenciar um *policymaking* internacional, pode crescer um conflito em torno da autoridade política, muito em função da falta de centralização. Além disso, a rivalidade entre instituições aumenta quando há uma diferença na missão, no mandato, nas normas e nas preferências das organizações, como entre a OMC e o ACNUDH, cujas agendas tangenciam o assunto da fome. Finalmente, o autor levanta a hipótese de que há uma tendência de criar redes informais de cooperação e gestão da segurança alimentar (MARGULIS, 2017).

Como já mencionado, a fome é percebida como um fenômeno multifacetado, de modo que são múltiplas as áreas que cobririam pontos-chave na política ligada à segurança alimentar. Margulis identifica que "há contornos da GGSA atual nas seguintes áreas: nutrição, produção agrícola, comércio agrícola, segurança alimentar, direito humano à alimentação, desenvolvimento e mudanças climáticas" (MARGULIS, 2017, p. 506). Dentro de cada um desses assuntos, há *clusters* de organizações internacionais com mandatos diferentes. Logo, identifica-se, nesse contexto, que uma das características da GGSA é a diversidade de mandatos específicos e abordagens distintas a depender da organização, como a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (WFP, na sigla em inglês), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), além de outras instituições que possuem mandato indireto como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNFCCC (MARGULIS, 2017).

Vale notar, então, a institucionalização do regime de combate à fome com a criação de agências da ONU (como a FAO, o WFP e o IFAD) e de outras organizações do sistema ONU a partir da expansão da autoridade desse assunto para o âmbito comercial (OMC) e de direitos humanos (por exemplo, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966) (MARGULIS, 2013). Relativo a essa expansão de mandatos de organizações internacionais para lidar com a questão da fome, Canfield, Anderson e McMichael (2021) fazem uma crítica à governança global dos alimentos no contexto da conjuntura econômica mundial atual, em que se promove uma governança baseada em mercado, e não mais uma abordagem pública da governança dos alimentos, como era o papel da FAO originalmente.

É importante notar que, para além das questões biológicas e socioeconômicas da fome, a dimensão dos direitos humanos também é fundamental, pois percebe as violações resultantes das dinâmicas desses sistemas. O direito à alimentação e à nutrição adequadas é

um direito humano, como afirmam Nayara Rocha e Valéria Burity, da FIAN Brasil (ROCHA; BURITY, 2021). Esse pensamento fez com que, a partir da Primeira Guerra Mundial, a fome passasse a ser percebida como questão a ser enfrentada colaborativamente por todos os países. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a alimentação foi citada no artigo 25: "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação (...)"⁷. Em 1966, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 11, reforçou o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome e instituiu ainda que os Estados adotassem ações de garantia da segurança alimentar nos processos de produção e distribuição de alimentos⁸. Conforme Rocha e Burity (2021):

"Além das necessidades alimentares, a definição de segurança alimentar e nutricional elaborada pela sociedade civil durante a [1ª] Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição [em 1986] incorporou as dimensões relacionadas à qualidade da alimentação e à promoção da saúde, à dignidade humana e à interdependência entre os direitos fundamentais, aproximando-se do conceito do direito humano firmado internacionalmente. Desde então, a segurança alimentar e nutricional passou a caminhar ao lado do direito humano à alimentação. Para alguns autores, ela pode ser compreendida como a forma como uma sociedade garante, por meio de políticas intersetoriais, o direito de todos e todas à alimentação adequada."

A alimentação e a nutrição entendidas como um direito humano foram reforçadas ainda no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos na Área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), de 1988, em seu artigo 12º, o qual também determina que Estados promoverão uma cooperação internacional para adotarem política nacionais relacionadas ao tema⁹. No âmbito da ONU, foi estabelecido o mandato de um Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito à alimentação em 2000, mesmo ano em que foram estabelecidos os Objetivos do Milênio, sendo o primeiro o de

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03 nov. 2023.

⁸ BRASIL. **DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm Acesso em: 03 nov. 2023.

⁹ BRASIL. **DECRETO Nº 3.321, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3321.htm Acesso em: 03 nov. 2023.

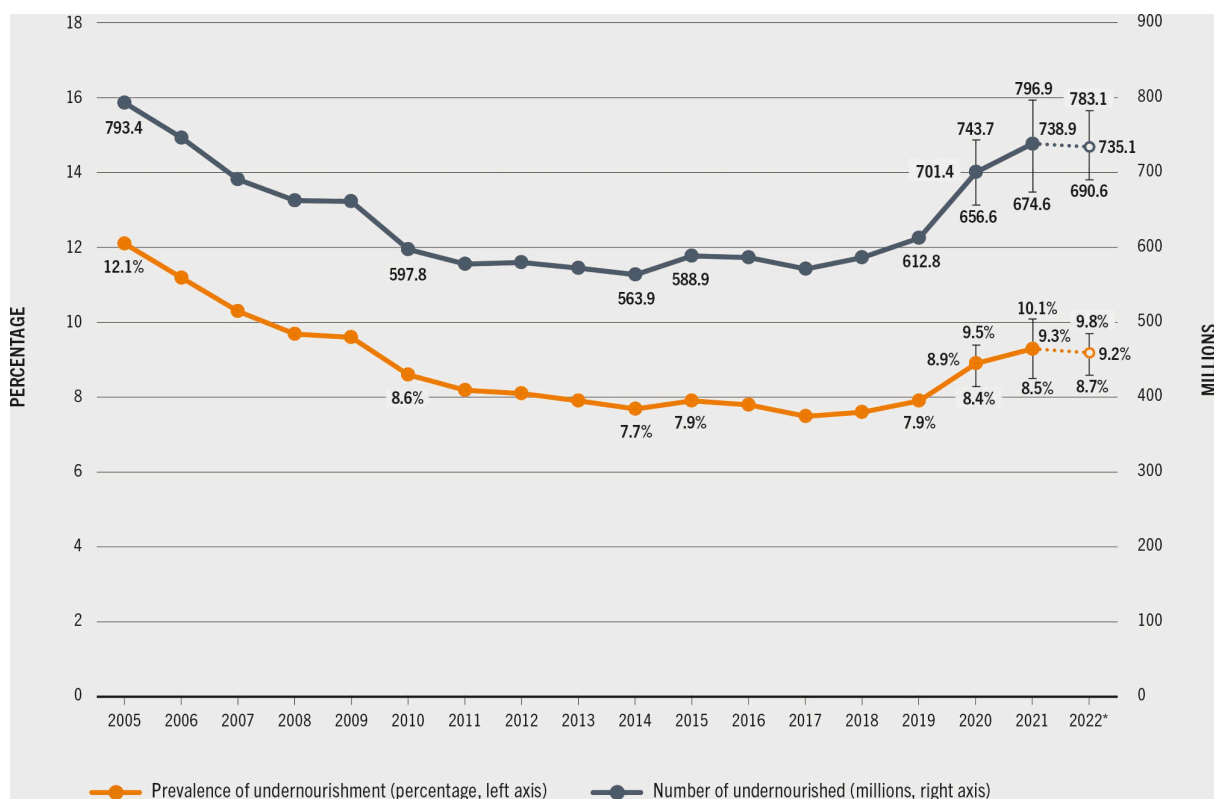
erradicar a fome e a miséria até 2015¹⁰. Esse compromisso foi renovado com a instituição dos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 3 (Boa Saúde e Bem-estar)¹¹ que, enquanto iniciativas abrangentes e interseccionais implementadas por atores interessados em enfrentar esses problemas de forma sustentável e orientada pela visão de longo prazo, levaram a um robustecimento de uma governança global visando ao desenvolvimento. Assim, não só o ACNUDH tem um papel importante como ator na GGSA, como também, ainda no âmbito da ONU, a FAO, que é ativa no trabalho de auxiliar Estados a implementarem e alcançarem o direito à alimentação em escala nacional (MARGULIS, 2017).

Apesar do avanço no reconhecimento do direito à alimentação e à nutrição adequadas, persistem violações sistemáticas. Com quase 10% da população mundial enfrenta insegurança alimentar grave diariamente, segundo a ONU, é evidente que não se garante, no sistema atual, a erradicação da fome. Assim, "há uma aceitação entre os *policymakers* sobre a necessidade de reformar a governança global de segurança alimentar para abordar a fome crescente" (MARGULIS, 2013, p. 53). Segundo Margulis, a agenda de reformas engloba cooperação internacional e coerência política no sistema ONU, nos órgãos regionais e entre os países do G20. Deve-se ter em conta, nessas reformas, que o assunto da fome não pode ser reduzido à pobreza e à oferta de alimentos, que é o foco do *policymaking* atual. (MARGULIS, 2013).

No que tange a agenda de reformas, há uma crítica crescente à GGSA, inclusive apontando a falta de comprometimento e a perda de expectativa de esforços internacionais eficientes, mesmo que se tenha conhecimento dos níveis moral e eticamente inaceitáveis da insegurança alimentar mundial (MARGULIS, 2013). Isso porque, apesar de haver uma melhora significativa desde 2005 em indicadores relacionados a essa temática, como mostra o gráfico abaixo, o número de pessoas subnutridas, ou que sofrem com insegurança alimentar moderada ou grave de forma crônica, estagnou por um período de quase 10 anos (entre 2010 e 2019) e, com a pandemia, estima-se que o número de pessoas nessa situação voltou a se aproximar dos níveis de 2005.

¹⁰ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **ODM Brasil**. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> Acesso em: 12 nov. 2023.

¹¹ Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 12 nov. 2023.

Figura 1 - evolução da fome no mundo.

Fonte: FAO, 2023.

Tendo isso em vista, questiona-se se, no atual regime internacional, esse direito foi de fato garantido. Não se nega o avanço dos importantes esforços internacionais no combate à fome que levaram a uma retração histórica em relação a esse indicador, mas a complexidade desta questão, aliada ao modelo político e econômico dominante, impõe obstáculos significativos a esse objetivo. Em outras palavras, a governança atual estaria arquitetada de forma a manter a fome como fenômeno intrínseco ao sistema - logo, neste modelo, os esforços de erradicação da fome poderiam apenas mitigar - temporariamente - o problema, sem garantir de fato uma segurança para as pessoas mais vulneráveis. Isso quer dizer que mesmo com esses avanços, não se assegura total ou definitivamente a segurança alimentar da população, especialmente daquela que historicamente sofria com a falta de acesso a alimentos e também a primeira a sofrer em uma nova crise alimentar. Esses avanços e recuos, mais do que uma recorrência, apontam que a governança global dos sistemas alimentares seria, então, ineficaz para prevenir o problema da fome e, no limite, estaria arquitetada para coexistir com este problema e sustentá-lo, podendo ser entendida como uma "governança da fome".

Vale ressaltar, no entanto, que, apesar de se denunciar um problema na governança global dos sistemas alimentares e da segurança alimentar, não se negligencia ou se criticam os importantes avanços nos indicadores dessas temáticas. O Brasil, por exemplo, apesar de combater historicamente a fome, chegou a ser um ator de destaque internacional com avanços significativos no início do século atual, que fizeram o Brasil se destacar mundialmente como referência no assunto por meio de políticas como o Fome Zero. Pensar em uma agenda global de combate à fome é essencial, o que motiva a analisar as características desses regimes.

4. Complexo de regimes

Partindo dos estudos de governança global, o campo do complexo de regimes oferece um referencial teórico interessante para a análise da relação entre os arranjos de governança global dos sistemas alimentares e da segurança alimentar.

Com a institucionalização do sistema internacional e a proliferação de regimes e acordos nas últimas décadas, o complexo de regimes aparece como característica evidente da cooperação internacional. Entendidos como "um conjunto de instituições parcialmente sobrepostas e não hierárquicas que governam uma área temática específica" (RAUSTIALA; VICTOR, 2004, p. 279), o complexo de regimes pode surgir por motivos funcionais (como dinâmicas de barganha e coalizões políticas), estratégicos (conveniência política) ou organizacionais (por exemplo, quando os interesses dos membros mudam e se divergirem), segundo Keohane e Victor (2004).

Assim, a literatura atual de complexo de regimes estuda diversas intersecções, como a da produção de alimentos e do comércio, do clima e da saúde, da fome e da pobreza, entre outras. Matias Margulis (2021), por exemplo, faz uma análise do complexo de regimes concorrentes da FAO, do WFP e do ACNUDH com a OMC e também adiciona mais uma camada, que vem se desenvolvendo recentemente - o das finanças internacionais. Neste trabalho, propõe-se identificar a relação entre os sistemas alimentares e a fome mundial e, ainda, observar o papel da questão climática como um agravante nas dinâmicas deste complexo.

a. Complexo de regimes: as governanças dos sistemas alimentares e da segurança alimentar

Devido às múltiplas implicações que cada etapa do sistema alimentar exerce, é preciso pensar em uma governança que enfrente os desafios da segurança alimentar - em outras palavras, segundo MacRae e Donahue (2013), "o pensamento do sistema alimentar reflete a

consciência de que as ações de um grupo no sistema afetam outros grupos e influenciam o meio ambiente, a economia, a sociedade, a saúde da população e, finalmente, dos consumidores" (HAYSOM, 2014, p.2, *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p. 15). É nesse sentido que se questiona o papel da governanças global em um quadro de crises em que, segundo relatório lançado pela ONU, existiam 828 milhões de pessoas em todo o mundo passando fome em 2021¹². A crise nos sistemas alimentares, porém, não é inédita - ela já vem sendo apontada por diversos autores, mas, no geral, as pesquisas que abordam o tema de maneira mais abrangente (como em termos sociais e ambientais) a partir da lente da governança vêm ganhando força nos últimos anos. Na revisão de literatura a respeito da governança dos sistemas alimentares organizada por Otto Hospes e Anke Bronks (2016), os autores afirmam que esse assunto, cujas publicações se concentram em ciências ambientais e agrônomas, é um tópico recente na pesquisa e no debate acadêmico. Segundo os autores, a crise de preços de alimentos em 2007/2008 atestou a necessidade de se pensar em uma agenda de reformas que assegure uma arquitetura agroalimentar global forte, já que “se tornou evidente que a estrutura de governança internacional para alimentos e agricultura falhou em fornecer um suprimento sustentável de alimentos que seja acessível a todos” (CLAPP; COHEN, 2009, p. 179, *apud* HOSPES; BRONS, 2016, p.13). O entedimento de que “sistemas alimentares falhos ou 'quebrados' podem afetar a segurança alimentar de várias maneiras”¹³ é apontado também pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), uma vez que levam, por exemplo, a uma pressão no aumento de preços desses bens, o que dificultaria ainda mais o acesso de pessoas mais pobres ou vulneráveis a alimentos nutritivos e impediria pequenos agricultores de subsistirem, sendo que, em muitos países, como no Brasil, a agricultura familiar tem um papel muito importante para a segurança alimentar nacional (CAMPELLO, 2022).

Há assimetrias dentro dessas dinâmicas - por exemplo, os sistemas alimentares funcionam de acordo com que alguns atores dominantes querem, de forma que não se garante um sistema democrático ou sustentável - pelo contrário, a vinculação a uma agenda privada mantém a fome no mundo. De um lado, há argumentos que defendem que o complexo de regimes aumenta outcomes concentrados em poder, punindo os que violam as regras do regime ou atores marginalizados ou com menos poderes relativos. De outro, alguns autores argumentam que os menos poderosos podem ser beneficiados, porque permite a ascensão de

¹² Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. **ONU News**, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722> Acesso em: 06 ago. 2023.

¹³ Food Systems. **World Food Program**. Disponível em: <https://www.wfp.org/food-systems#:~:text=Flawed%20or%20broken%20food%20systems,good%20profits%20from%20their%20crops>. Acesso em: 06 ago. 2023.

atores não estatais - é notável a ascensão de transnacionais, organizações internacionais (OI), ONGs etc. No entanto, com a ascensão de vários atores com autoridade nesse complexo de regimes, pode haver conflito entre eles. As OIs com maior autoridade agem como orquestrantes do complexo de regimes, daí a importância de olhar para a FAO, que ocupa, neste, um papel central.

A interpretação de que a concentração de poder de determinados atores nos sistemas alimentares que, por interesses políticos ou por seu *modus operandi*, provocaria crises mundiais como a de insegurança alimentar tem como intenção apontar a relevância de estudar o complexo de regimes na questão da fome. Se não se pode comprovar que uma "governança da fome" é produzida conscientemente como resultado das escolhas de grandes potências agroalimentares, sobretudo transnacionais, ainda é possível pensar que, como as interações entre homem e ambiente formam uma rede interdisciplinar em que se articulam problemas estruturais, é preciso reconhecer que o entrelaçamento desses regimes pode também oferecer oportunidades para enfrentar essa crise estrutural. Quer dizer que, nas palavras de Margulis (2013), "não reconhecer o relacionamento entrelaçante entre os regimes elementais da agricultura e alimentos, o comércio internacional e os direitos humanos provavelmente impedirá a cooperação internacional para reduzir a fome mundial." (MARGULIS, 2013, p.64). Apesar de serem regimes independentes, identificar a estreita conexão entre a governança global dos sistemas alimentares e a governança global da segurança alimentar é de suma importância para que uma nova agenda seja proposta. Ainda, Margulis conclui que há uma fragmentação, que dificulta a tarefa de acabar com a fome global, e portanto os *policymakers* devem ter isso em mente para se esforçarem na defesa de uma harmonização. Ou seja, esses dois regimes, apesar de, por via de regra, não serem vinculantes aos Estados, diferentemente do regime comercial, devem ser pensados juntamente para que seja construído um complexo de regimes robusto, articulado e eficaz.

Destaca-se ainda que, sobreposta ao complexo de regimes construídos por Estados e organizações internacionais, há uma "interdependência complexa" com o aumento da participação de atores privados como lideranças desse complexo de regimes¹⁴, revelando uma captura e uma privatização da governança global, sobretudo no que diz respeito aos sistemas alimentares, pela grande influência das transnacionais. Questiona-se, nesse ponto, se de fato houve um aumento foi na participação de corporações ou se esse fenômeno apenas se tornou

¹⁴ Para Alter e Raustiala, "quando há também atores não estatais [envolvidos], há uma interdependência complexa" (RAUSTIALA; ALTER, 2018, p. 338).

mais explícito com o multissetorialismo. Invariavelmente, é importante entender o lugar que os atores privados ocupam nesta governança, porque ela sustenta a fome.

Em relação aos sistemas alimentares, pode-se mencionar, como instituições ou fóruns internacionais de maior autoridade no tema, a FAO, a UNFSS, o Grupo Consultivo De Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) e o Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar (IFPRI). A OMC e a OMS também discutem a questão alimentar, cuja regulação se dá de modo integrado por meio do Codex Alimentarius. Evidencia-se, no âmbito dessas instituições, o papel das empresas privadas, principalmente daquelas que predominam em cada uma das diferentes etapas da cadeia dos sistemas alimentares. Por exemplo, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dow e DuPont concentram poder considerável nos mercados globais de sementes e pesticidas (SANTANA, 2023). Empresas como Cargill, ADM e JBS dominam o mercado de *commodities* agrícolas, ao passo que Nestlé, Unilever, PepsiCo, entre outras, o mercado de alimentos e bebidas. Um caso exemplar da característica *multistakeholder* da governança é a UNFSS, a qual, ainda que se nomeie "cúpula popular" e reúna representantes científicos, acadêmicos, indígenas, entre outros *stakeholders*, é, segundo Canfield (2021), um fórum onde predominam os interesses privados das grandes corporações.

Já, no que tange a segurança alimentar, as principais instituições com autoridade são a FAO, o PMA, a OMS, e o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA), ligado à FAO e composto por um Mecanismo do Setor Privado, de que fazem parte algumas das empresas mencionadas anteriormente, e por um Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas, o que revela uma tendência da característica *multistakeholder* também nessa agenda.

Há uma sobreposição dos atores e dos temas, de forma que se configura um complexo de regimes. Neste, o elemento da economia política é fundamental, pois, em um sistema orientado pelo mercado, permite-se a captura corporativa da agenda e, como efeito, a manutenção de problemas estruturais ligados aos alimentos. A relevância da estrutura do sistema para a "governança da fome", no entanto, ainda é, relativamente, uma lacuna na literatura acadêmica.

Finalmente, é fundamental o robustecimento de uma governança global (integrada e multifacetada) que vise ao fortalecimento de visões alternativas e locais, que adote perspectivas de transformações profundas nos sistemas alimentares e que tenha como objetivo central assegurar direitos, para que, assim, seja de fato sustentável. Políticas abrangentes e interseccionais, muitas vezes já implementadas por diversos atores genuinamente interessados em enfrentar esses problemas de forma orientada pela visão de longo prazo, são fundamentais nessa transição.

b. O papel da questão ambiental na relação entre sistemas alimentar e fome

Na relação entre os sistemas alimentares e a fome, a questão ambiental, e especialmente a climática, é um elemento essencial que adiciona uma camada de complexidade a essa dinâmica. Como já mencionado, o sistema alimentar moderno opera de forma a empurrar limites planetários que ameaçam o equilíbrio do meio ambiente, o que é uma preocupação relativamente recente na política internacional. Mesmo na literatura sobre complexo de regimes, alguns autores reconhecem uma lacuna nos estudos que priorizam uma abordagem interdisciplinar para se analisar o tema em pauta: “os estudiosos que exploraram as interações entre a mudança ambiental global e a segurança alimentar pediram que mais atenção fosse dada à governança dos sistemas alimentares” (HOSPES; BRONS, 2016, p. 14). Assim, é fundamental observar a relação entre os sistemas alimentares e o meio ambiente, a qual traz consequências evidentes ao problema da fome no mundo.

As dinâmicas dos sistemas alimentares causam muitos impactos no meio ambiente, afetando seu equilíbrio e diversas formas de vida, como de plantas e animais. Por exemplo, na produção de alimentos, o uso da água, da terra e a emissão de gases de efeito estufa (GEE) resultantes dessa atividade tem grandes impactos. Aproximadamente “85% do uso global da água vai para irrigação agrícola, dos quais de 15 a 35% são insustentáveis” (STORDALEN; FAN, 2018). Cerca de 23% das emissões globais de GEE causadas pelo homem provêm somente da agropecuária, da silvicultura e de outros usos da terra. No mundo todo, quase ¼ das terras está degradada, sendo que, tirando a pecuária, que utiliza aproximadamente 26% das terras em todo o mundo, “a agricultura é responsável pela ocupação de 12,2% da superfície terrestre”, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)¹⁵. Ou seja, o uso do solo nos sistemas alimentares globais são prejudiciais ao meio ambiente e contribuem para acelerar as mudanças climáticas antropogênicas, pressionando os limites planetários no que diz respeito às emissões de GEE, à perda de biodiversidade, ao desperdício de água e à exploração de recursos naturais. Na distribuição de alimentos, estudos apontam os efeitos da pegada de carbono (o trajeto físico que os insumos agrícolas e alimentícios percorrem da produção até a aquisição do alimento por uma pessoa). Nota-se, logo, que os alimentos, em toda sua cadeia – da produção até o consumo – causam algum nível de impacto para a mudança do clima. Segundo relatório do PNUMA (Food Waste Index Report 2021),

¹⁵ Intensificação e sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola. **EMBRAPA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/intensificacao-e-sustentabilidade-dos-sistemas-de-producao-agricolas#:~:text=A%20agricultura%20%C3%A9%20respons%C3%A1vel%20pela,potencializar%20seu%20uso%20%C3%A9%20imprescind%C3%ADvel>. Acesso em: 12 nov. 2023.

por exemplo, “o desperdício de alimentos é responsável por até 10% das emissões globais de gases de efeito estufa”.

Esses impactos negativos no meio ambiente acabam, por sua vez, prejudicando os próprios sistemas alimentares. Fenômenos como as temperaturas extremas, a desertificação, o prolongamento de estresses hídricos ou secas e a intensificação na frequência de inundações afetam significativamente a oferta e o preço de alimentos. Alguns desses fenômenos também podem impactar outras etapas da cadeia dos sistemas alimentares, porque, por exemplo, exercem uma maior pressão nas redes de eletricidade e de refrigeração para armazenar e transportar alimentos, reduzindo o tempo de vida nas prateleiras de alimentos perecíveis e a disponibilidade de alimentos frescos. É possível identificar, também, outros tipos de consequência, como a desestruturação de mercados locais e de pequenos agricultores, que têm menos recursos para arcar com essas adversidades, ao passo que os grandes produtores agropecuários conseguem atravessar essas dificuldades com relativa segurança. Conseqüentemente, pode haver uma concentração do poder da agricultura baseada em larga escala e tecnologia de ponta, que continuaria a empregar técnicas que degradam o meio ambiente, como o uso em larga escala de agrotóxicos, ao passo que agricultores familiares, por exemplo, ficariam mais vulneráveis ou dependentes de investimentos para conseguirem se manter na atividade. Ou seja, muitas das externalidades negativas geradas pelos sistemas alimentares acabam por prejudicar esses mesmos sistemas, operando em uma lógica contraproducente.

Sobre a relação entre mudanças climáticas e insegurança alimentar, especificamente, há relativo consenso sobre os efeitos nocivos dos fenômenos naturais extremos na fome. O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2021 reconheceu que problemas derivados dos desequilíbrios climáticos afetam os sistemas alimentares e, conseqüentemente, agravam a fome. Segundo o relatório, o aquecimento global reduziu o aumento da produtividade agrícola nos últimos 50 anos, afetando a qualidade das colheitas e dos pastos, diminuindo a disponibilidade alimentar, forçando, logo, um aumento dos preços e, assim, ameaçando a segurança alimentar em escala global. Autores são consistentes em defender essa tese que relaciona diretamente as mudanças climáticas com a redução da produção global de alimentos e o conseqüente agravamento do problema da fome e da desnutrição (PARRY, 2009). É importante ressaltar que a insegurança alimentar é um problema de longa data no mundo e não é causado, portanto, exclusivamente pela mudança do clima, mas que esta, por meio de sua relação complexa com os sistemas alimentares, é um fator de agravamento da fome.

5. Conclusão

Em conclusão, este trabalho buscou investigar a relação entre questões de importância global: a dos sistemas alimentares e a fome. Com isso, pretendeu-se sistematizar as dinâmicas que ligam esses assuntos dentro do arcabouço de cada regime. Percebe-se, então, a relação entre os sistemas alimentares e o aumento da fome no mundo, bem como o avanço de crises ligadas ao meio ambiente. Em outras palavras, fica evidente que os alimentos estão intimamente relacionados com as crises globais de saúde e sustentabilidade: há uma interconexão complexa, porém notável, entre essas questões. A análise crítica realizada revela a ineficácia do modelo atual, evidenciando que atores poderosos nos sistemas alimentares globais podem, de certa forma, sustentar a insegurança alimentar, em detrimento de considerações humanitárias e ambientais.

O enfoque na abordagem de complexo de regimes proporciona uma compreensão aprofundada da interconexão entre as questões alimentares e de segurança alimentar, ressaltando a necessidade de uma abordagem integrada para a análise do problema da fome. Dentro do sistema neoliberal em curso, a fome - e a ameaça ao meio-ambiente - devem continuar a ser questões estruturais ligadas aos sistemas alimentares. Questiona-se se esse complexo de regimes garantiria de fato a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, ou se as atividades ligadas aos sistemas alimentares pressionariam um círculo vicioso, levando, em última análise, a uma governança construída para coexistir e até mesmo sustentar tais problemas. Trata-se, de acordo com o que se supõe, de uma governança injusta, que corrobora com crises sistêmicas e ameaça a saúde humana e planetária. A fome não é ocasionada pela falta de comida, mas sim por uma intenção política sustentada por meio da governança global. Além disso, a incorporação da dimensão climática nesta análise reforça a complexidade dessas problemáticas.

Ainda assim, podem existir melhorias significativas em diversos dos indicadores relacionados a essas temáticas, como o de insegurança alimentar, de doenças relacionadas à alimentação, de desmatamento etc. Para essas melhorias acontecerem, são necessárias transformações por meio de políticas abrangentes e interseccionais, implementadas por atores interessados em enfrentar esses problemas de forma sustentável e orientada pela visão de longo prazo. É fundamental o robustecimento de uma governança global que busque o equilíbrio entre as atividades dos sistemas alimentares e a urgência de combater as mudanças climáticas e garantir a segurança alimentar para todos. Essa é uma discussão que demanda

uma abordagem global e integrada a diversas dimensões, sem que isso implique, no entanto, em uma solução única.

Referências bibliográficas

Agropecuária, construção civil e carvoarias são maiores fontes do trabalho análogo à escravidão. **Justiça do Trabalho.** Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/perfil-trabalhadores-da-agropecuaria-pecuaria-construcao-civil-e-de-carvoarias-foram-os-mais-resgatados-de-condicoes-analogas-a-escravidao-no-pais> Acesso em: 07 jun. 2023.

BELIK, Walter. In: CAMPELLO, T; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** Editora Elefante, 2022, p. 247-258.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.321, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3321.htm Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992.** Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm Acesso em: 03 nov. 2023.

Brasil: Perfil dos Casos de Trabalho Escravo. **SmartLab.** Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo> Acesso em: 07 jun. 2023.

CAMPELLO, T; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** Editora Elefante, 2022.

CANFIELD, Matthew; ANDERSON, Molly; MCMICHAEL, Philip. UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food Systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems.** Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2021.661552/full> Acesso em: 03 nov. 2023

Climate Smart Agriculture. **FAO,** 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/2a70a451-e81c-5f19-b571-93da80d9e26c/> Acesso em: 4 out. 2022

Cohen and Clapp 2009; Margulis 2013; Candel 2014; McKeon 2014 APUD Matias E. Margulis. 2017. "The Global Governance of Food Security," in Joachim Koops & Rafael Biermann (eds.), Handbook of Inter-Organizational Relations, pg 504

DE PAULA, Nilson. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios.** 1ª Edição. Curitiba. Editora CRV, 2017.

CAMARGO, Adriane. Entre a Segurança e a Soberania: a questão alimentar e o papel da Via Campesina como novo ator nas relações internacionais. **Anais do 3º Encontro Nacional ABRI** 2011, 2011. Disponível em: https://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/instituicoes%20e%20organizacoes%20internacionais/IOIS%203_Adriane%20Camargo%20ENTRE%20A%20SEGURAN+%

E7A%20E%20A%20SOBERANIA%20A%20QUEST+%E2O%20ALIMENTAR%20E%20O%20PAPEL%20DA%20VIA%20CAMPE.pdf

ERICKSEN, P.J, Ingram, J & LIVERMAN, DM. **Food security and global environmental change: Emerging challenges**. Environmental Science and Policy, 2009, vol. 12, no. 4

ERICKSEN, P. J. **Conceptualizing food systems for global environmental change research**. Global Environmental Change, 2008, vol. 18. Disponível em: <https://www.eci.ox.ac.uk/publications/downloads/ericksen07-foodsystems.pdf> Acesso em: 4 out. 2022

FAO Cereal Supply and Demand Brief. **FAO**. Disponível em <https://www.fao.org/worldfoodsituation/fao-cereal-supply-and-demand-brief/en> Acesso em: 07 jun. 2023.

Food security - global food system under radical change. **IFPRI**. Disponível em: <https://www.ifpri.org/publication/food-security-global-food-system-under-radical-change> Acesso em: 4/10/2022

Food Systems. **World Food Program**. Disponível em: <https://www.wfp.org/food-systems#:~:text=Flawed%20or%20broken%20food%20systems,good%20profits%20from%20their%20crops>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. **ONU News**, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722> Acesso em: 06 ago. 2023.

HOSPES, O; BRONS, A. Food System Governance: a literature review. In: KENNEDY, A; LILJEBLAD, J. **Food systems governance: challenges for justice, equality and human rights**. New York, Routledge, 2016 (p. 13–42).

Hunger and Food Security. **FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en/#:~:text=Hunger%20is%20an%20uncomfortable%20or,normally%20active%20and%20healthy%20life>. Acesso em: 20 out. 2023.

Hunger and Food insecurity. **FAO**, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en/> Acesso em: nov. 2023.

Intensificação e sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola. **EMBRAPA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/intensificacao-e-sustentabilidade-dos-sistemas-de-producao-agricolas#:~:text=A%20agricultura%20%C3%A9%20respons%C3%A1vel%20pela,potencializar%20seu%20uso%20%C3%A9%20imprescind%C3%ADvel>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALTER, Karen J; RAUSTIALA, Kal. The Rise of International Regime Complexity. **Annual Review of Law and Social Science** Volume 14, 2018, p. 329-349 Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-lawsocsci-101317-030830>

KEOHANE, Robert; VICTOR, David. The Regime Complex for Climate Change. **Perspectives on Politics**. Cambridge University Press, 9(1), 2011, p. 7-23. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/regime-complex-for-climate-change/F5C4F620A4723D5DA5E0ACDC48D860C0>. Acesso em: 20 out. 2023

La Via Campesina: the global voice os peasants! 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2021/12/LVC-EN-Brochure-2021-03-F.pdf> Acesso em: 18 nov. 2023.

LANG, Tim. Food policy for the 21st century: can it both be radical and reasonable? In: **For hunger- proof cities: sustainable urban food systems. IDRC, 1997**

LIMA, Thiago. **Alimentos: um recurso de poder nas Relações Internacionais?** Um exame a partir da experiência histórica dos EUA. Caderno CEDEC, 2014, v. 118, p. 1-24

LIMA, Thiago. **Países desenvolvidos não têm interesse em eliminar a fome no mundo, diz professor.** 2022. Disponível em: <https://www.fomeri.org/post/pa%C3%ADses-desenvolvidos-n%C3%A3o-t%C3%AAm-interesse-em-eliminar-a-fome-no-mundo-diz-professor> Acesso em: 4/10/20220

MATIAS MARGULIUS 2021, Intervention by International Organizations in Regime Complexes. **The Review of International Organizations.** 2021, Volume 16, p. 871–902 Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11558-020-09403-z> 06 ago. 2023.

MARGULIS, Matias E. The Global Governance of Food Security: Implications for the Global Hunger Challenge. In: KOOPS, Joachim; BIERMANN, Rafael, **Palgrave Handbook of Inter-Organizational Relations,** 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/978-1-137-36039-7> 10 ago. 2023.

MARTENS, Jens. Multistakeholder Partnerships – Future Models of Multilateralism? **Dialogue on Globalization.** Friedrich Ebert Stiftung. nº 29, 2007. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/04244.pdf> Acesso em: 07 jun. 2023

ONU diz que total de pessoas passando fome subiu 500% desde 2016. **ONU News.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789662> Acesso em: 06 ago. 2023

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **ODM Brasil.** Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> Acesso em: 12 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PARRY, M; EVANS, A; ROSEGRANT, M & WHEELER, T, **Climate change and hunger: Responding to the challenges,** World Food Program, the International Food Policy Research Institute, 2009.

PATNAIK, Utsa. Food Stocks and Hunger: The Causes of Agrarian Distress. **Social Scientist** Vol. 31, nº 7/8, 2003, p. 15-41. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3518306>

TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata; GALINDO, Eryka. Desigualdades alimentares em tempos de pandemia. **Nexo Jornal**. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2021/desigualdades-alimentares-em-tempos-de-pandemi> Acesso em: 18 nov. 2023.

RAUSTIALA, Kal; VICTOR, David. The Regime Complex for Plant Genetic Resources. **International Organization**. Volume 58, nº 2. Cambridge University Press: 2004. p. 277–309. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/regime-complex-for-plant-genetic-resources/5C6B7B9E45268249D2893621CC64A7E5#article>

SANTANA, Elis. **O Poder Está no Prato: breve análise da governança global dos alimentos, seus atores e contradições**. Tese (Pós-Graduação em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/57055/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20_%20%20poder%20est%C3%A1%20no%20prato%20_%20Elis%20Santana%2002032023.pdf

Sistemas Alimentares são a chave para acabar com a fome no mundo. **UNEP**. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/sistemas-alimentares-sao-c-have-para-acabar-com-fome-no-mundo> Acesso em: 4 out. 2022

Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 12 nov. 2023.

The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Chapter 2. **FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017en/online/state-food-security-and-nutrition-2023/food-security-nutrition-indicators.html> Acesso em: 20 nov. 2023.

UNEP Food Waste Index Report 2021. **UNEP**. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/unep-food-waste-index-report-2021> Acesso em: 18 nov. 2023.

UNEP. **Food Waste Index Report 2021**. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/unep-food-waste-index-report-2021> Acesso em: 06 ago. 2023

Utsa Patnaik on Agrarian History and Imperialism. **Review of African Economy**, 2019. Disponível em: <https://roape.net/2019/03/07/utsa-patnaik-on-agrarian-history-and-imperialism/> Acesso em: nov. 2024.